

## Aprovado novo diretor da ANTT

O nome de Gregório de Souza Rabelo Neto foi aprovado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por unanimidade, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A decisão da comissão, adotada ontem e baseada em parecer favorável do senador Gerson Camata, será agora submetida ao Plenário.

Camata manifestou-se favorável à indicação do bacharel em Direito, funcionário público há 31 anos e assessor da Câmara dos Deputados Gregório Rabelo, por considerar que a formação acadêmica e profissional do servidor o credencia para a função. O senador lembrou que os problemas enfrentados pelo setor de transportes no Brasil são um dos "grandes nós" que impedem o crescimento do país. Camata disse que, no Espírito Santo, há importantes gargalos nos transportes, e pediu a atenção do governo para a questão.

## Sibá pede providências

O senador Sibá Machado pediu ao presidente do Senado, José Sarney, providências para que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) volte a funcionar a contento. Sibá informou que retornava de outra reunião do colegiado em que não houve quórum. Ontem, a comissão deveria ter votado um reforço de R\$ 2,18 bilhões para pagar servidores.

Mesmo que houvesse a reunião, disse Sibá, de nada adiantaria, já que não houve acordo entre as lideranças para desemperrar a pauta de votações da comissão. Sibá pediu que Sarney revalide a resolução que regula o funcionamento da CMO, que foi revogada. Em resposta, Sarney afirmou que está acompanhando o desenrolar dos acontecimentos na Comissão de Orçamento. Caso não haja uma "solução de reconciliação", afirmou ele, a Mesa do Congresso tomará uma atitude.

# Acordo pode garantir votação de MPs hoje

Governo espera decisão do Plenário, também, quanto às leis de informática e biossegurança. Projeto das parcerias público-privadas fica para depois de audiências na Comissão de Assuntos Econômicos

Moreira Mariz



**NEGOCIAÇÃO** Líderes do governo e da oposição discutem com Guido Mantega o projeto das parcerias público-privadas

O Senado pode votar hoje duas medidas provisórias que obstruem a pauta: a que isenta de imposto a importação de equipamentos para pesquisa científica e a que permite o desconto em folha de pagamentos dos empréstimos tomados por aposentados e pensionistas. O anúncio foi feito pelos líderes do governo, Aloizio Mercadante, e do PSDB, Arthur Virgílio. O acordo depende da concordância do líder do PFL, José Agripino, que fará consulta à bancada. Mercadante espera votar, ainda, os projetos relativos à informática (que também obstrui a pauta, por ter urgência constitucional) e à biossegurança (cujo parecer deve ser analisado hoje por três comissões). As parcerias público-privadas serão examinadas depois das eleições.

Páginas 3 a 5

## Congresso aprova aumento para militares

O Plenário do Congresso aprovou ontem à noite projeto que viabiliza reajuste linear de 10%, retroativo ao dia 1º deste mês, para os militares da ativa e da reserva.

Página 3

José Cruz



**DECISÃO** Suassuna (à direita, com Fernando Bezerra) propôs reunião conjunta de três comissões para analisar seu parecer sobre a Lei da Biossegurança

## AUDIÊNCIA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### Brasil deve exportar audiovisual, afirma Gil

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, deseja ver o Brasil no grupo de países produtores e exportadores de bens audiovisuais. Para isso, julga necessário repetir a experiência de outros países e criar uma agência reguladora, além de ele-

var os recursos públicos e privados disponíveis para financiamento do setor. Gil participou ontem de audiência pública na Comissão de Educação do Senado. Outro participante da reunião, o cineasta Cacá Diegues citou dispositivos

do projeto que, a seu ver, poderiam limitar a liberdade dos produtores. O presidente da Comissão de Educação, Osmar Dias, elogiou a forma democrática com que o ministro da Cultura tem encaminhado a discussão da agência.

Página 8

Célio Azevedo



Célio Azevedo



**COMPARAÇÃO** Simon: caso se parece com o da cassação do ex-presidente do Senado Humberto Lucena

## Simon denuncia uso irregular de gráfica no RS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) denunciou que o candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre, deputado estadual Raul Pont, estaria usando na campanha eleitoral um jornal impresso pela gráfica da Assembleia Legislativa do estado.

– Não trato normalmente de assuntos do meu estado aqui, mas é um episódio tão grave que assume dimensões nacionais – disse Simon.

O senador exibiu três exemplares do jornal que destacam Raul Pont em diferentes momentos da campanha, sendo que o último deles mostra uma pesquisa que aponta o petista como líder das intenções de voto. Simon comparou o caso com a cassação do então presidente do Senado, Humberto Lucena, nos anos 90, pelo Tribunal Superior Eleitoral, sob a acusação de que estaria fazendo campanha com material da gráfica do Senado.

Simon salientou que não fazia a denúncia com intenção eleitoral, porque o candidato de seu partido está mal colocado nas pesquisas. O senador anunciou o encaminhamento de denúncia contra Raul Pont à Justiça Eleitoral gaúcha.

# Agenda

## Plenário do Senado realiza sessão às 14h30

A sessão de hoje tem início previsto para as 14h30. A pauta está trancada pelo projeto originado de medida provisória (PLV 43/04) que garante a isenção de impostos na importação de equipa-

mentos para pesquisa tecnológica e pelo projeto, em regime de urgência (PLC 32/04), que reduz até 2019 a cobrança de impostos de empresas de informática.



## CRE debate maior controle sobre tabaco

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se duas vezes hoje. Às 9h30, vota as indicações dos diplomatas Luiz Antonio Fachini Gomes, José Vicente de Sá Pimentel e Cesário Melantonio Neto para exercerem, respectivamente, o cargo de embaixadores do Brasil no Irã, na Índia e no Azerbaijão. Às 11h, realiza audiência sobre o projeto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 2003. O ministro da Saúde, Humberto Costa, participa da reunião.

## CCJ vota requerimento sobre uso de cartões

Na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, os senadores votam requerimentos solicitando informações sobre a utilização de cartões de crédito corporativo por servidores da Presidência da República e sobre o empréstimo

contraído pelo Grupo Rede para a compra da Centrais Elétricas do Pará, em 1998. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão.

## Ano da Mulher promove videoconferência

Após a ordem do dia, a Comissão Especial do Ano da Mulher realiza reunião para eleger o vice-presidente e para ouvir a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que fala sobre o ano da mulher latino-americana. Às 14h,



a comissão promove, no auditório do Interlegis, a videoconferência "Lugar de Mulher é na Política". Está prevista a participação da secretária especial de Política para as Mulheres, ministra Nilcéia Freire.

## Conselho de Jornalismo em discussão

O projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que já está sendo discutido na Câmara dos Deputados, também é tema de audiência pública na Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, às 10h. Foram convidados o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, o presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, e o secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho.



## Na CAS, seguro-desemprego

Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje, às 11h, emenda ao projeto do então senador Lauro Campos que pretende aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses (PLS 54/02), além de proposta que dispõe sobre o exercício da profissão de ortopedista (PLS 139/03).

## RadioAgência

Pela página da RadioAgência, na Internet, é possível ter acesso aos programas da Rádio Senado. O serviço é gratuito, e para o download dos programas e das notícias, em formato MP3, basta cadastrar a emissora no site [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio). A agência de notícias já tem mais de 540 emissoras afiliadas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



Márcia Kalume

**TRANSPARÊNCIA** Saturnino diz que candidato terá de provar que está acima de qualquer suspeita

## Saturnino quer ampliar casos de inelegibilidade

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou a apresentação de projeto de lei complementar de sua autoria, para ampliar os casos de inelegibilidade previstos pela Lei Eleitoral. Ele disse ontem que o Senado não pode se omitir na discussão do assunto, uma vez que a sociedade clama pela moralização da representação política, exigindo o afastamento de candidatos reconhecidos como criminosos ou ligados a entidades suspeitas de atividades criminosas.

Antes de anunciar o projeto, Roberto Saturnino destacou proposta do desembargador Marcos Faver, que sugeriu ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro o requisito de o candidato provar que está "acima de qualquer suspeita", ou seja, não ter sido condenado por crimes ou estar respondendo a processo criminal aguardando julgamento.

Segundo o senador, as duas propostas, a dele e a do desembargador, atingem aqueles que tenham algum comprometimento com crimes ou com o crime organizado, "além de não ferirem o princípio da presunção de inocência, inerente ao réu antes de ser julgado". Saturnino explicou ainda que somente durante a discussão no Senado poderão ser definidos os casos a serem abrangidos pela inelegibilidade.

Na defesa do seu projeto, ele observou ainda que a sociedade combate o ingresso de cidadãos considerados suspeitos nos partidos políticos. A proibição estabelecida na sua proposta, continuou, poderia fazer parte da reforma político-partidária.

Para Roberto Saturnino, a homologação de candidaturas de cidadãos com processos ou condenações criminais é decorrente do oportunismo eleitoral das legendas partidárias.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**PRUDÊNCIA** Alvaro Dias: do jeito que está, PPP abre caminho para direcionamento das concorrências

## Alvaro Dias defende LRF e Lei de Licitações

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou afirmações de que a oposição não quer aprovar projetos de interesse do país.

– As oposições não aceitam aprovar medida provisória que vá sepultar a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações, como está no projeto das parcerias público-privadas (PPPs) – sustentou. O senador citou trabalho feito por organização internacional em que se diz que o texto das PPPs abre caminho para o direcionamento das concorrências para escolha das empresas que executarão projetos em parceria com o governo, ao não limitar as garantias exigidas dos participantes.

## Valadares elogia governo pela criação do ProUni

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o governo federal pela decisão de instituir o Programa Universidade para Todos (ProUni), que tem como objetivo levar cerca de 300 mil estudantes de baixa renda ao ensino superior nas universidades privadas, em um prazo de cinco anos.

Valadares explicou ontem que o governo resolveu editar medida provisória sobre o assunto em função do projeto que cria o ProUni estar com tramitação atrasada na Câmara dos Deputados e da necessidade de serem abertas as matrículas para o próximo ano letivo.



**NECESSIDADE** Valadares diz que programa foi editado por MP devido às matrículas dos alunos

## Entendimento entre Mercadante e Arthur Virgílio ainda depende da aprovação de José Agripino

Os líderes do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), anunciaram que foi definida uma agenda de trabalho para a pauta de votações, hoje, com o exame de duas medidas provisórias que a obstruem: a que isenta de impostos a importação de equipamentos para pesquisa científica e a que permite o desconto na folha de pagamento dos empréstimos tomados por aposentados e pensionistas.

O acordo depende ainda da concordância do líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), que fará uma consulta à bancada, com o argumento de que o governo já enviou ao Congresso Nacional MPs que embutiam assuntos diferentes

do tema anunciado. “Vamos consultar a nossa bancada, sem nenhum compromisso prévio de entendimento, e examinar se há alguma imperfeição no texto a ser votado”, ressaltou Agripino.

– As medidas provisórias que aqui chegam precisam passar por interstício de três sessões deliberativas em busca de consenso. Meu partido, nesse momento, não tem condições de concordar com a dispensa do interstício para votar essas duas MPs – acrescentou. Como exemplo de tema “contrabandeado” em texto de MP, José Agripino citou a que antecipava para estados e municípios em estado de calamidade pública recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). No entanto, um artigo inserido no corpo da MP permitia que municípios mudassem a data de pagamento de suas dívidas consolidadas.

Mercadante reafirmou o apoio para que a pauta de votações seja desbloqueada. Segundo

ele, há milhares de cientistas esperando a importação de equipamentos para retomar as pesquisas e há 22 milhões de aposentados esperando para regularizar sua vida financeira. O senador afirmou que é preciso examinar também hoje o projeto de lei que prorroga até 2019 a atual Lei de Informática.

### Biossegurança

Conforme o roteiro traçado, os senadores tentarão votar pela manhã, nas comissões, e à tarde, no Plenário, a Lei da Biossegurança. Quanto ao projeto que institui as parcerias público-privadas, será reservada uma semana para audiências públicas de exame do projeto, e mais uma outra para exame e votação nas comissões e no Plenário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, elogiou a disposição de Mercadante para encontrar saídas negociadas para a votação.

– O esforço concentrado não está perdido. Nós não tínhamos nem mesmo o prazer

de obstruir a pauta, porque o próprio governo o fazia, enviando sucessivas medidas provisórias. Mas, agora, finalmente, foi definida uma agenda clara – disse Virgílio. O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), também elogiou o entendimento.

### Lei de Informática

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) observou que as mudanças no projeto da Lei de Informática (PLC 32/2004) serão votadas hoje pelo Senado. Para ele, acordo sobre a convergência de monitores de TV e vídeo entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus e Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) foi fechado ontem, no gabinete de Mercadante.

Tourinho explicou que os termos gerais do projeto têm de retroceder para se adequar à emenda aprovada pela reforma tributária. Tudo o que for considerado acréscimo a esses pontos terá de ser reunido em novo projeto de lei.



**CRÉDITOS** Senador Romeu Tuma (E) observa deputado Inocêncio Oliveira, que preside sessão do Congresso Nacional

## Aprovado aumento de 10% para militares

Reunido na noite de ontem, o Congresso Nacional aprovou o projeto (PLN 49/04) que modifica a lei do orçamento, aumentando em R\$ 754,7 milhões os gastos com os militares neste ano. Com isso, os militares da ativa e da reserva terão reajuste linear de 10%, retroativo ao dia 1º deste mês. Durante a votação, as galerias do Senado estavam lotadas por mulheres e parentes de militares.

A votação foi antecedida por debates acirrados, com os opositoristas sustentando que tinham acordo para votar apenas o reajuste dos militares. Outros projetos que abrem créditos para vários ministérios, inclusive para o dos Transportes, acabaram não sendo apre-

ciados porque os governistas não apresentaram relatórios das matérias no Congresso. O senador Heráclito Fertes (PFL-PI) ameaçou obstruir até mesmo a votação dos militares caso a base do governo não se comprometesse em votar a liberação de verbas para seu estado.

Por sugestão do líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), os deputados e senadores aprovaram o aumento para os militares, adiando para hoje, ao meio dia, a votação de outros projetos de abertura de crédito suplementar, inclusive o do Piauí. Dessa forma, a sessão não foi encerrada, mas suspensa por algumas horas.

A votação desses créditos vem sendo adiada há mais de dois meses, por obstrução dos partidos de oposição. Eles argumentam que agem assim em protesto pela decisão dos parlamentares governistas de impedir a discussão da medida provisória que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central.

O mesmo projeto dos militares destina ainda R\$ 902,1 milhões para a reestruturação das carreiras do Poder Judiciário e para aumento no valor da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ). A proposta, que agora vai à sanção presidencial, prevê também R\$ 4,6 milhões para a criação e transformação de 305 cargos no Poder Judiciário.

## Arthur Virgílio: excesso de MPs tranca pauta

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), culpou o governo pela paralisação do Congresso, afirmando que o excesso de medidas provisórias (MPs) acaba trancando a pauta. Ele lembrou que, no momento, 13 MPs trancam pauta da Câmara e, depois de votadas naquela Casa, passarão a trancar a do Senado.

Arthur Virgílio salientou que o projeto da Lei de Informática, que está trancando a pauta do Senado, é objeto de obstrução pela bancada do Amazonas, estado que pode ser prejudicado se o projeto for aprovado do jeito que está, sem modificações.



**PREJUÍZOS** Arthur Virgílio adverte que 13 medidas provisórias já paralisam trabalho da Câmara

# Lei da Biossegurança pode ser votada hoje



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**CONFIANÇA** Aloizio Mercadante acredita que projeto será levado hoje ao Plenário do Senado

■ **Avançam negociações para exame de matérias como o projeto que muda a Lei de Informática**

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem acreditar que o substitutivo do projeto da Lei da Biossegurança poderá ser levado na tarde de hoje ao Plenário da Casa, depois de ser aprovado pela manhã nas Comissões de Assuntos Sociais

(CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O substitutivo, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), já aprovado na Comissão de Educação (CE), foi alterado pelo relator da matéria nas demais comissões, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Trata das pesquisas e do plantio de organismos geneticamente modificados (soja transgênica, entre outros) e das pesquisas com células-tronco de embriões com vistas à cura de doenças degenerativas.

Mercadante deu entrevista depois de reunião em seu gabinete com os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) e com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para tratar do encaminhamento do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs), que ficará para depois do primeiro turno das eleições municipais.

## Desobstrução

O líder do governo espera que, na sessão de hoje, a pauta seja desobstruída com a vota-

ção da medida provisória que autoriza a importação de equipamentos por pesquisadores; o projeto de lei que faz ajustes na Lei de Informática; e o projeto que permite a aposentados e pensionistas obterem empréstimos por meio de desconto em folha, o que deverá levar a uma queda nas taxas de juros.

Com relação às PPPs, segundo Tasso Jereissati, o único sinal positivo do governo foi dado por Mantega, que acenou com a possibilidade de alterar alguns pontos criticados pela oposição.

## Reunião conjunta permite o exame da proposta

O parecer da nova Lei da Biossegurança (PLC 09/04) poderá ser votado hoje em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo relator do projeto nas três comissões, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi aprovado ontem pela CAE.

O requerimento para a reunião conjunta tem também o apoio da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CAS. Segundo Suassuna, ainda seria buscado o aval do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA). Já havia concordância do PMDB, PT e PSDB para votar o projeto, informou o relator.

A decisão foi tomada após reunião no gabinete do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo o parlamentar do PT, foi fechado o acordo de mérito entre as lideranças para votar a matéria e faltavam apenas algumas consultas. Suassuna disse acreditar que a matéria poderá ser votada hoje

pelo Plenário.

De acordo com Mercadante, que também avaliou haver condições de votação da Lei da Biossegurança nesta semana, o projeto não será desmembrado, devendo ser votado na íntegra no Senado.

## Soja transgênica

Como o projeto será modificado no Senado, a Câmara terá que votar novamente a matéria. Se não houver tempo para aprovação de um novo texto até outubro, quando expira o prazo da medida provisória em vigor autorizando o plantio com sementes de soja transgênica para a próxima safra, Mercadante disse que há liminar que a Justiça poderá julgar, resolvendo a questão. Ele afirmou ainda que o governo, avaliando o cenário da Câmara, poderá tomar outra decisão. Segundo Suassuna, há tempo hábil para votação das matérias nas duas Casas, mas ele não descartou, como último recurso, a possibilidade de o governo editar uma nova medida provisória.

– Estamos cumprindo a nossa parte e temos certeza que a Câmara fará a dela – observou.



**RELATÓRIOS** Em Plenário, Osmar Dias defende maior liberdade para atuação de instituições de pesquisa

## Osmar Dias teme restrições a pesquisas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que não irá apoiar o substitutivo elaborado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator do projeto da Lei da Biossegurança nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Osmar Dias, relator do projeto na Comissão de Educação (CE), advertiu que, se o texto de Suassuna for aprovado, serão criadas restrições para que instituições de pesquisa possam fazer estudos com resultados práticos no país.

O senador do Paraná reclamou de sucessivas mudanças no texto de Suassuna, que, segundo ele, imprimiram “um retrocesso tão grande quanto o provocado pelo projeto do deputado Renildo Calheiros aprovado pela Câmara”. Segundo observou, o parecer de Suassuna retroage, por exemplo, nas competências da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para tratar dos alimentos geneticamente modificados (transgênicos).

Em resposta, Suassuna afirmou que o diálogo está aberto, mas declarou sua disposição

de mostrar que o senador paranaense está equivocado em sua análise.

– A CTNBio continua com toda a sua força – ressaltou, defendendo a necessidade de os senadores chegarem a um consenso.

Os líderes Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) demonstraram interesse na rápida aprovação da Lei da Biossegurança. Tião Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ramez Tebet (PMDB-MS), Magno Malta (PL-ES) e Flávio Arns (PT-PR) endossaram a cautela pedida por Osmar Dias.



**DEMORA** Aelton Freitas diz que o Brasil perde com a falta de regulamentação dos transgênicos

## Aelton quer evitar prejuízos ao agronegócio

O senador Aelton Freitas (PL-MG) manifestou ontem preocupação com possíveis entraves ao crescimento do agronegócio e com a garantia de preservação dos recursos naturais, em decorrência da falta de regulamentação do uso de transgênicos. Ele pediu a aprovação da Lei da Biossegurança, cujo projeto de lei complementar (PLC 9/04) está

sendo discutido desde fevereiro no Senado. “Seria lamentável os produtos transgênicos serem alvo, novamente, de uma medida provisória”, comentou.

– Torna-se uma questão fundamental para o Senado Federal votar o quanto antes este projeto. O Brasil já perdeu tempo e dinheiro e desperdiçou conhecimento científico devido à ausência de normas legais ade-

quadas às pesquisas, produção e comercialização de produtos transgênicos – afirmou.

Aelton disse que não é sua intenção votar pela aprovação de um projeto que envolva riscos para o meio ambiente, mas frisou ser inadmissível que esse setor importante para a economia brasileira seja impedido de se desenvolver por excesso de zelo dos órgãos ambientais.

– Uma palavra muito ouvida nessa discussão é *lobby*, mas, convenhamos, existe de lado a lado e cabe a nós separar o joio do trigo – acrescentou.

O senador lembrou ainda que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aguarda há anos autorização para a realização de testes de campo de inúmeras pesquisas.

Fotos: José Cruz



**SABATINA** Ao lado de Ramez Tebet e Antonio Carlos Valadares, Sérgio Vieira (E) fala aos senadores da CAE, onde foi aprovado por 14 votos a 1

## Indicação para CVM só depende do Plenário

Por 14 votos a favor e 1 contrário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do economista e engenheiro Sérgio Eduardo Weguelin Vieira para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A designação obteve parecer favorável do líder do governo no Congresso Nacional, senador Fernando Bezerra (PTB-RN). O nome de Vieira será agora submetido ao Plenário.

Com carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em que chefiava o Departamento de Mercado de Capitais, Vieira ressaltou, na sua exposição, que sua ida para a CVM é

um desafio profissional e que leva com ele o conhecimento das demandas de um grande cliente, o BNDES. Ao ser sabatinado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ele informou que a carteira do BNDES alcança R\$ 35 bilhões em títulos, girando cerca de 20% ao ano, ou seja, o correspondente a R\$ 7 bilhões.

O banco, segundo Vieira, só entra nas emissões primárias de títulos, como a subscrição de debêntures conversíveis em ações, com atuação voltada para a viabilização e a reestruturação de empreendimentos. Nessas operações, continuou, o BNDES tem obtido um "retorno muito bom".

## Audiência conjunta vai debater crise da Varig

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Efraim Morais (PFL-PB) para a realização de audiência conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para esclarecer e analisar a operação de salvamento da Varig. Segundo justificativa do pedido, a operação está sendo articulada pelo Gabinete Civil da Presidência da República.

Três ministros serão convidados (Casa Civil, Fazenda e Defesa); o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa; o diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), major-brigadeiro-do-ar Jorge Godinho Barreto Nery; o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Carlos Wilson; os presidentes das maiores companhias aéreas do país e dos sindicatos da Aviação Civil e dos Aeronautas, totali-

zando 13 participantes.

Efraim baseia o seu requerimento em matéria veiculada pelo jornal *O Globo* em 16 de agosto de 2004, com o anúncio de uma injeção de recursos federais da ordem de R\$ 3 bilhões, sobretudo do BNDES, para saldar obrigações fiscais e previdenciárias da Varig, conforme justifica em sua solicitação.

O senador relata que a reportagem reconhece que esses recursos poderão ser insuficientes para sanear as finanças da maior companhia aérea do país, considerando que, além de significar a estatização do serviço público de aviação comercial, a medida representa precedente grave, que pode ser reclamado por outras empresas do setor. No entanto, ele pondera que "o país precisa de uma aviação comercial civil forte, eficaz e qualificada para a prestação de serviços eficientes a preços módicos".

# Parceria público-privada não será votada agora

■ Comissão de Assuntos Econômicos aprova realização de novas audiências sobre o projeto

A aprovação de dois requerimentos com novos pedidos de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) selou ontem o destino do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) nesse período de esforço concentrado. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), interrompeu sua participação na Comissão de Educação (CE), onde foi realizada audiência sobre a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, para falar sobre a impossibilidade de votação da matéria nesta semana.

– Não vejo como votar o projeto agora, mas podemos avançar nas discussões – declarou Mercadante, enfatizando que o

governo está aberto a construir um novo acordo que contemple as sugestões da oposição, mencionando especificamente a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre dispositivos que resguardem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As novas audiências são com o diretor-executivo da organização não-governamental Transparência Brasil, Cláudio Abramo, o economista Raul Velloso e o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), João Cláudio Robusti, e com um representante da Câmara Brasileira da Construção (CBIC).

### Críticas

A discussão dos requerimentos para instruir o projeto das PPPs (PLC 10/04) foi marcada pela troca de farpas entre oposição e governo. Jereissati reclamou da atitude do Executivo, que, observou, acusa

a oposição de estar atrasando deliberadamente a votação do projeto e se ausenta dos debates na CAE, onde apenas um senador do PT, Eduardo Suplicy (SP), encontrava-se presente.

O presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), fez coro com a oposição ao responsabilizar o governo pelo atraso nas discussões da matéria. As críticas de Tebet foram endossadas por Mão Santa (PMDB-PI), Efraim Morais (PFL-PB), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS). Suplicy propôs acordo entre os líderes e o presidente da Casa, José Sarney, para programar as audiências públicas sobre as PPPs nas três semanas que antecedem o segundo turno das eleições municipais.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), observou que haveria reunião de lideranças às 14h30 com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para discutir o projeto.



**DIÁLOGO** Aloizio Mercadante (de pé) conversa na reunião da CAE com Sérgio Guerra e Tasso Jereissati (D)

## Espírito Santo pode contratar empréstimo

Depois de 12 anos impedido de captar recursos junto aos organismos internacionais, segundo informou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), o governo do Espírito Santo obteve da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorização para contratar financiamento do Banco Mundial no valor de US\$ 36 milhões, com garantia da União. O requerimento de urgência para votação da matéria no Plenário também foi aprovado.

O empréstimo destinado ao programa estadual de sane-

amento e abastecimento de água, intitulado Projeto Águas Limpas, contou com relatório favorável de Romero Jucá (PMDB-RR). Camata disse que o ajuste fiscal promovido pelo governador Paulo Hartung possibilitou o retorno daquele estado às fontes internacionais de financiamento.

A CAE também aprovou relatório de Mão Santa (PMDB-PI), favorável à proposta de José Agripino (PFL-RN), instituindo a Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional, que permite estágio remunerado em empresas e

universidades. As comissões de Educação e de Assuntos Sociais ainda examinarão a matéria.

A CAE aprovou relatório de Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre a petição encaminhada ao Senado com o relatório final da chamada CPI do Propinoduto, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que investigou o esquema de corrupção comandado por Rodrigo Silveirinha, ex-subsecretário de administração tributária. Suassuna recomendou que a documentação seja encaminhada à CPI do Banestado.

# Governo discrimina Santa Catarina, diz Bornhausen

■ Senador lamenta que o governador Luiz Henrique não tenha se manifestado contra o descaso financeiro

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) acusou o governo federal de discriminar o estado de Santa Catarina. Ele disse ter observado “com tristeza e revolta” que o estado não se encontra entre as prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Este governo, seu partido, seus aliados em Santa Catarina, não merecem que o povo de nosso estado lhes dê preferência de voto – afirmou o senador.

O parlamentar ressaltou que Santa Catarina é um estado exportador e que a balança comercial daquela unidade da Federação registrou, em 2003, superávit de US\$ 1,4 bilhão. Este ano, até julho, registrou US\$ 1,8 bilhão.

Entretanto, afirmou Bor-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**PREOCUPAÇÃO** Bornhausen destaca que portos de Itajaí e São Francisco do Sul precisam de reparos urgentes

nhausen, o governo Lula não destinou a Santa Catarina um só centavo relativo ao ressarcimento aos estados do ICMS arrecadado nos produtos exportáveis.

– Logo no momento em que a exportação tem sustentado este país – observou, acrescentando que, “lamentavelmente, ao contrário de outros governadores, o catarinense Luiz Henrique fica quieto, mudo, não dá uma palavra contra um governo que discrimina o

estado que ele governa”.

Bornhausen disse que, com esse comportamento, o governador Luiz Henrique “não faz jus à tradição dos homens públicos de Santa Catarina, pois repelir a discriminação é, sem dúvida alguma, a obrigação de um governante”.

O senador destacou ainda que seu estado oferece dois portos absolutamente indispensáveis às exportações brasileiras – São Francisco do Sul e Itajaí. No entanto, ali são vistos navios paralisados por falta de mecanismos para acelerar as exportações.

– Vejo com desprazer que, no Orçamento da União, São Francisco do Sul, que é administrado pelo estado, e Itajaí, que é administrado pela prefeitura, não têm um único centavo. As duas rodovias que chegam a esses portos, a BR-470, que desemboca no porto de Itajaí, e a BR-280, que desemboca no porto de São Francisco, não mereceram de Lula e de seu aliado Luiz Henrique um único centavo – lamentou.



**TECNOLOGIA** Pavan ressalta que iniciativa privada é responsável pelo emprego e renda da população

o senador, reiterando que seu estado é o quinto maior do país em volume de exportação graças ao esforço da iniciativa privada.

## Pavan afirma que recursos do orçamento são insuficientes

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou maior atenção do governo federal para a importância de Santa Catarina no cenário econômico nacional. Ele citou como exemplo da indiferença do governo a insuficiente liberação dos recursos do Orçamento da União para o estado.

– Somos o sétimo produto interno bruto (PIB) do país e o 11º em recebimentos de recursos do orçamento – protestou, enfatizando que Santa Catarina

não recebe o bastante para melhorar sua malha rodoviária e revitalizar seus portos.

Segundo Pavan, faltam recursos mínimos para a infra-estrutura estadual, apesar das emendas aprovadas no orçamento pela bancada catarinense.

– O governo federal deveria olhar para o investimento tecnológico em Santa Catarina, que hoje, fora o agronegócio e poucas outras atividades, é quem oferece emprego e renda para a população – disse



**SURPRESA** Tebet diz que não esperava pela transferência de R\$ 3,75 mi para outras regiões

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou ontem contra o repasse de recursos orçamentários, anteriormente destinados a Mato Grosso do Sul, para outros estados. O ex-presidente do Senado se disse surpreendido pela intenção do governo de retirar R\$ 3,75 milhões destinados ao estado pela bancada mato-grossense-

do-sul e destiná-los a outras unidades da Federação.

Tebet afirmou que os integrantes da bancada se comprometeram a destinar R\$ 750 mil, cada um, para a área da saúde no estado. As emendas apresentadas, no entanto, foram contingenciadas na execução do orçamento para reforçar o superávit fiscal. Ago-



**PAZ** Mesquita Júnior lembra que tratado celebrado entre Brasil e Bolívia possibilitou a criação do Acre

## Mesquita Júnior homenageia cidades centenárias

Ao discursar em homenagem ao centenário de fundação e instalação das cidades de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, que representaram o embrião do futuro estado do Acre, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) louvou a

## Sibá detalha história dos municípios acreanos

Em homenagem ao centenário de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, municípios acreanos, o senador Sibá Machado (PT-AC) leu um texto do professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre, Jones Dari Goettert. Além de detalhar aspectos da fundação, história, geopolítica e do povo das duas cidades, o texto defende a aplicação de investimentos na infra-estrutura dos dois municípios. Em nome da Mesa, o senador Paulo Paim (PT-RS) associou-se às homenagens.

Segundo o professor, Cruzeiro do Sul surgiu no fim do século 19 como seringal e assumiu papel de destaque na

oportunidade de celebrar a paz, “num momento mundial marcado por conflitos sangrentos em que as maiores vítimas são sempre os inocentes”.

Mesquita Júnior lembrou que Brasil e Bolívia protagonizaram, no começo do século passado, um episódio que honra a luta pela civilização da América Latina: a celebração do Tratado de Petrópolis, instrumento com o qual resolveram pacificamente suas divergências históricas.

O senador observou que, mesmo depois do Tratado de Petrópolis, o Acre era apenas uma promessa, ressaltando que foi “a coragem de muitos heróis que permitiu a conversão da promessa na realidade de um mundo por desbravar”. Mesquita Júnior também saudou “os acreanos de todos os rincões”.

– Foram eles que transformaram a paz em desenvolvimento, superando os desafios da luta cotidiana e convertendo-os em mais democracia, cooperação e solidariedade – concluiu Mesquita Júnior.



**PASSADO** Texto lido por Sibá mostra que Cruzeiro do Sul surgiu no século 19 como um seringal

exploração do Alto Juruá e seus afluentes. Em 1904, no dia 28 de setembro, lembra Jones Dari, o município foi oficializado.

O município de Sena Madureira foi criado em homenagem a um coronel participante da Guerra do Paraguai. No ano 2000, eram 29.412 pessoas espalhadas pelo município. Mais da metade, 16.148, vivia na cidade. Os demais habitavam a zona rural, sobrevivendo do campo, agricultura e floresta.

## Tebet protesta contra repasse de verbas de MS para outros estados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou ontem contra o repasse de recursos orçamentários, anteriormente destinados a Mato Grosso do Sul, para outros estados. O ex-presidente do Senado se disse surpreendido pela intenção do governo de retirar R\$ 3,75 milhões destinados ao estado pela bancada mato-grossense-

do-sul e destiná-los a outras unidades da Federação.

Tebet afirmou que os integrantes da bancada se comprometeram a destinar R\$ 750 mil, cada um, para a área da saúde no estado. As emendas apresentadas, no entanto, foram contingenciadas na execução do orçamento para reforçar o superávit fiscal. Ago-

ra, os recursos contingenciados são destinados para obras em outros estados, lamentou o senador.

– Todos sabem, em Mato Grosso do Sul, que a Santa Casa de Campo Grande passa por sérias dificuldades, assim como o Hospital Universitário e o Hospital Rosa Pedrossian, que é do estado. As pessoas

não conseguem tratamento médico mínimo – observou o parlamentar.

Tebet sugeriu que a bancada proteste formalmente contra a postura do governo e reclamou que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, ainda não tenha explicado a transferência de recursos.



**ALTERNATIVA** Criadores ampliaram exportações de camarão para a Espanha, comemora Garibaldi

## Garibaldi apóia produtores de camarão do RN

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) comemorou o aumento das exportações para a Espanha de camarão criado em cativeiro no Rio Grande do Norte. Ele elogiou a atitude dos criadores de camarão, “que não se deixaram abater” com as acusações dos Estados Unidos de que estariam praticando *dumping* (prática ilegal que diminui artificialmente o preço da mercadoria, abaixo do custo de produção) e procuraram novos mercados para seu produto.

– Os criadores brasileiros agora têm uma perspectiva melhor e mais duradoura para o setor – concluiu.



**CRIME** Maguito Vilela lamenta o assassinato do vereador por Maurilândia, Aldorando da Silva

## Maguito pede fim da violência em Goiás

O assassinato do vereador Aldorando Mata da Silva (PMDB), com quatro tiros, ocorrido na segunda-feira em Maurilândia, levou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a fazer um apelo direto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que “estaque a violência que toma conta de Goiás”.

Maguito lembrou que já havia pedido providências quando a casa do senador Demostenes Torres (PFL-GO) foi metralhada e quando assassinaram o filho do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

O senador apresentou requerimento de pesar pela morte do vereador.

## Paulo Octávio defende criação da Sudeco

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu a aprovação do projeto que cria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), em tramitação na Câmara, mas reivindicou ajustes na proposta, para incluir incentivos fiscais similares aos concedidos às regiões Norte e Nordeste.

O parlamentar lamentou a ausência dessa previsão no projeto (PLC

184/04), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, e se disse empenhado em assegurar para a futura Sudeco “aporte de recursos suficientes para solucionar os problemas de infra-estrutura – nomeadamente energia, transportes, telecomunicações e saneamento – que têm feito com que a produtividade regional seja menor do que a capacidade real da economia”.

Na opinião de Paulo Octávio, criar um órgão de desenvolvimento regional sem capital para investimentos e sem assegurar incentivos se resumirá a “um gesto nobre e bem-intencionado” do governo. Ele justificou sua preocupação com o argumento de que, mais do que o ritmo, é preciso garantir sustentabilidade ao crescimento econômico do Centro-Oeste.



**INCENTIVOS** Paulo Octávio quer garantir recursos para investimentos em infra-estrutura no Centro-Oeste

# Ideli elogia seguro e crédito solidário para agricultura familiar

■ Senadora destaca que, em caso de frustração da safra, agricultor receberá 65% do valor que iria obter

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), aplaudiu da tribuna o Seguro da Agricultura Familiar, lançado na semana passada pelo governo, que agora passará a dar cobertura de 100% do financiamento. Antes, só havia ressarcimento de 70%, em caso de perdas. A senadora informou que o programa irá atender a 850 mil produtores, desde que contribuam com 2% sobre o valor financiado.



**AVANÇO** Programa de construção de moradia vai beneficiar, este ano, 41 mil famílias pobres, afirma Ideli

Ideli explicou que outra inovação é o reconhecimento do custo de produção da agricultura familiar e, com isso, se houver frustração de safra, o

agricultor receberá do seguro rural 65% do que iria obter com o plantio. Assim, em caso de perda da lavoura, o dinheiro do seguro garantirá o sustento da família até a próxima safra. Além disso, o agricultor não terá que pagar o financiamento bancário.

### Moradia

O Programa de Crédito Solidário, do Ministério das Cidades, para a construção de moradias para famílias de baixa renda, também foi elogiado pela líder do PT. Ela afirmou que desde 1990 o governo federal não fazia esse tipo de investimento e, só neste ano, o Crédito Solidário deve beneficiar 41 mil famílias pobres,

organizadas em cooperativas e associações, com juro zero, correção do saldo financiado pela TR e prazo de até 20 anos para pagamento.

A senadora sublinhou que o programa também financia construções na área rural e lembrou que o Brasil tem um déficit de 6,6 milhões de moradias, sendo 1,2 milhão no campo. Ideli destacou ainda que o governo já disponibilizou mais de R\$ 6,7 bilhões para financiamento de imóveis para a classe média.

Os programas para agricultura familiar e para habitação foram aplaudidos, em apartes, pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

## Efraim: perdão para dívida dos produtores

O senador Efraim Morais (PFL-PB) anunciou ontem ter apresentado projeto de lei permitindo a anistia das dívidas dos produtores rurais da Região Nordeste junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. De acordo com o parlamentar, as dívidas são impagáveis e os bancos já ameaçam tomar as terras dadas pelos produtores em garantia dos empréstimos.

O senador classificou o projeto como “uma iniciativa concreta que evite a quebra de produtores da região”. afirmou que não quer

gerar privilégios, “mas evitar a insolvência em massa de um setor vital para o Nordeste”. Disse que a proposta visa “reparar uma situação injusta”, já que a dívida decorre dos efeitos das enchentes no início do ano e da estiagem que ora abate a região.

Efraim afirmou não saber por que tal iniciativa ainda não ocorreu ao governo federal, já que perdeu a dívida de países africanos e sul-americanos “sem consultar a nação”. Para o senador, esse perdão revela

“uma generosidade de fachada, que não consegue evitar o ranço de demagogia diplomática”. Citou nominalmente o perdão da dívida da Bolívia, Gabão, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

– Por que tanta generosidade para os pobres de fora e nenhuma para os pobres aqui de dentro? – perguntou Efraim Morais.

Para o senador, o governo federal sabe que não vai receber os recursos. Sua proposição, sustentou novamente, “haverá



**CRISE** Agricultores nordestinos sofreram com seca e enchentes e não podem pagar dívidas, diz Efraim

de reorganizar o sistema produtivo rural da região”.

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou que Efraim fazia relato fiel do que está acontecendo na região.



**REFLEXÃO** Paim também cobra mais discussão sobre tratado que restringe o uso do tabaco

## Paim critica decisão de ministro sobre direito de idoso

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a decisão do ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de indeferir liminar para garantir o transporte gratuito obrigatório de idosos carentes nos ônibus interestaduais, conforme determina o Estatuto do Idoso.

– Sei que decisão da Justiça deve ser cumprida, mas quero manifestar minha indignação com a visão do

ministro de que a concessão de duas passagens gratuitas a idosos, ganhando menos de dois salários mínimos, possa ameaçar o equilíbrio financeiro das empresas. Isso é capitalismo selvagem – protestou.

Paim lembrou que o Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade, tanto na Câmara quanto no Senado. Ele afirmou que esta é uma das legislações de maior alcance

social já aprovadas no Congresso nos últimos 20 anos.

### Fumo

Paim conclamou o Senado a discutir melhor o acordo internacional que estabelece restrições ao tabaco e à sua produção. Segundo ele, a aprovação do acordo irá comprometer a renda de 300 mil famílias de pequenos produtores, bem como as exportações do tabaco.

# Gil: Ancinav vai fortalecer produção nacional

■ Em audiência na CE, ministro afirma que agência mediará interesses econômicos do setor audiovisual

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, quer ver o Brasil no grupo de países produtores e exportadores de bens audiovisuais – e não apenas entre os consumidores, dentro da divisão internacional de trabalho criada, a seu ver, pela globalização. Para isso, julga necessário repetir a experiência de outros países e criar uma agência reguladora, além de elevar os recursos públicos e privados disponíveis para o financiamento do setor.

– A experiência demonstrou que a agência reguladora é o mais eficiente e adequado meio de o Estado, e não o governo, lidar com setores complexos e dinâmicos da economia. Ela visa à regulação, à mediação e ao incentivo dos agentes econômicos do setor, que muitas

Fotos: Célio Azevedo



**GLOBALIZAÇÃO** Para Gilberto Gil, Brasil deve estar entre os países produtores e exportadores de bens audiovisuais

vezes têm interesses contraditórios – disse Gil, durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE) sobre o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

Segundo o ministro, um projeto de lei sobre o tema – resultante da discussão em andamento a respeito da criação da

Ancinav – deverá ser enviado ainda em outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional.

#### Revisão

Gilberto Gil afirmou que determinou a uma equipe do ministério a realização de uma “limpeza do texto”, a partir das críticas recebidas, e informou que a segunda minuta do anteprojeto teria ficado mais clara.

A proposta de criação da Ancinav, assinalou o ministro, não foi uma iniciativa do governo. Ao contrário, ressaltou, a medida atenderia a antiga reivindicação do setor. Durante mais de um ano, relatou, técnicos de sua pasta participaram de centenas de reuniões e debates e conheceram a experiência de outros países. Ao final, elaboraram o anteprojeto, que, como

observou, ainda se encontra em debate.

Na opinião de Gil, as críticas segundo as quais haveria um “espírito autoritário” no anteprojeto se deveriam a uma incompreensão do texto. Ele disse ainda esperar que o debate na CE ajude a demonstrar, “de uma vez por todas”, o espírito democrático e de diálogo do governo na questão.

Na sua exposição, o ministro elogiou experiências do Canadá e da Austrália. A legislação canadense, relatou, determina a existência de um canal de televisão por assinatura com conteúdo local para cada canal com conteúdo estrangeiro. Na Austrália, mencionou, 55% do conteúdo das emissoras de televisão aberta devem ter origem no próprio país.

Gil defendeu ainda a criação, estabelecida no anteprojeto, de um novo fundo para complementar os recursos públicos que o governo federal já destina ao audiovisual, por meio de recursos orçamentários e de renúncia fiscal.



**APLAUSO** Parlamentares destacam abertura do ministro ao debate e decisão de enviar projeto de lei ao Congresso

## Senadores elogiam postura democrática

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), elogiou a forma democrática com que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, tem encaminhado a discussão da proposta do governo que cria a Ancinav. Durante audiência pública para debater a criação do órgão, ele também considerou positivas as alterações feitas pelo governo no anteprojeto, tomando por base críticas feitas por pessoas ligadas ao mundo do cinema e por parlamentares, inclusive ele.

Na opinião de Osmar Dias, o importante é que o ministro abriu os debates e preferiu encaminhar um projeto de lei ao Congresso Nacional, em vez de

optar pelo envio de uma medida provisória (MP).

Os senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Hélio Costa (PMDB-MG) quiseram saber do ministro o que, após a criação da Ancinav, acontecerá com a Agência Nacional do Cinema (Ancine). Em resposta, Gil informou que o anteprojeto prevê a manutenção dos diretores da agência e que o presidente Lula está ultimando o envio ao Legislativo de proposta que aumenta para cinco os membros da Ancine, que hoje são quatro. Costa se mostrou preocupado com a taxa de 10% sobre o ingresso de cinema, prevista no anteprojeto.

A líder do PT no Senado,

Ideli Salvatti (SC), enalteceu “a coragem” de Gilberto Gil por ter aberto os debates em torno da criação do órgão, que representa um marco regulatório do setor. Cristovam Buarque (PT-DF) disse que a criação da Ancinav deve ter como pano de fundo o incentivo ao cinema em todos os níveis, incluindo o aumento do número de salas de exibição. Ao final, Gil afastou a hipótese de o novo órgão interferir na criação artística. Para ele, a Ancinav não fere em nenhum momento a liberdade de expressão. Também participaram do debate os senadores Flávio Arns (PT-PR), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Demostenes Torres (PFL-GO).

## Cacá Diegues vê ameaça à liberdade de expressão

Um dos maiores críticos do anteprojeto de criação da Ancinav, o cineasta Cacá Diegues manifestou sua confiança no ministro da Cultura, Gilberto Gil. Mas reafirmou a necessidade de se defender “de forma clara” a liberdade de expressão, além de advertir que leis são feitas para o país – e não para o período de duração de um governo.

– Podemos estar passando um cheque em branco para um governante que venha no futuro – alertou Cacá Diegues, durante audiência na CE.

A expansão da rede de salas de exibição foi defendida pelo presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Ricardo Difini Leite. Ele destacou o crescimento no número de salas, mas advertiu que o avanço pode ser afetado pela criação – sugerida no anteprojeto – de taxa de 10% sobre os ingressos.

O mesmo temor foi manifestado pelo vice-presidente dos



**ADVERTÊNCIA** Anteprojeto pode ser “cheque em branco para futuros governantes”, diz Cacá Diegues

Sindicatos dos Distribuidores de Cinema dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Rodrigo Braga. Pequenas empresas, disse, podem ser prejudicadas.

O presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Geraldo Moraes, afirmou que existe no país apenas uma sala para cada 105 mil habitantes – três vezes menos que no México, por exemplo. Por sua vez, o presidente da União de Redes de Televisão, Antônio Teles, informou que o setor está preparado para analisar com isenção a proposta do Executivo.

Já o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Anenberg, defendeu a discussão de lei da comunicação social, antes do exame da proposta de agência para o setor.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Efraim Morais e Leonel Pavan